

## Direita E Esquerda

por Mário Soares

1. O congresso do PPD/PSD que se realizou há duas semanas – sem grande interesse dos media, diga-se, e poucas tomadas de posição que importe fixar – suscitou, porém, algumas reflexões, que talvez seja útil registar, sobre a velha dicotomia direita/esquerda.

É sabido que quem advoga a ideia de que hoje já não existe, em política, uma separação clara entre direita e esquerda é, fundamentalmente, de direita. Porque pensa – e com razão, desse ponto de vista – que tentar apagar as clivagens entre os dois campos principais do leque político, favorece a direita, na medida em que confunde as opções possíveis, pretendendo que todas as ideologias são iguais, já mesmo talvez não existam (veja-se Fukuyama: “O fim da história”) e o que afinal conta são as pessoas. Ora estas, obviamente, contam. Muitíssimo. Mas são as ideias que elas professam que as fazem impor aos outros e, frequentemente, morrer por elas.

2. No plano internacional a linha de demarcação tornou-se muito nítida com a invasão do Iraque: os que aceitaram o recurso à guerra preventiva, com justificações mais ou menos mentirosas, e os que a recusaram; os que são indiferentes ao Direito Internacional e aceitaram a sua subversão e os que o respeitam e desejam aprofundar; os que pensam que o terrorismo se deve combater, por todos os meios, mesmo ilegítimos e imorais, e os que julgam, pelo contrário, que a luta contra o terrorismo impõe – para ter credibilidade moral e eficácia – o mais escrupuloso respeito pelos direitos da pessoa humana e pelos valores proclamados pela civilização Ocidental.

Naturalmente que há outras clivagens entre direita e esquerda: fundamentalmente, hoje, a importância que se atribui à questão social, ao bem-estar das pessoas em concreto, para defesa das quais a política, com P grande, existe. E, bem assim, o repúdio pelas agressões que se cometem, irresponsavelmente, contra os equilíbrios ecológicos do Planeta, por inconsciência, ganância ou em obediência a projectos hegemónicos.

Esquemáticamente, os que querem conservar o que está, são de direita (conservadores); e os que acreditam que é possível transformar o mundo para melhor e lutam para que isso aconteça, são de esquerda (progressistas). Ainda que tenhamos a experiência histórica de que em nome de belas utopias (mas contendo em si germes totalitários) se cometeram abusos, atrocidades e imperdoáveis crimes.

Contudo, essa experiência que tanto prejudicou a esquerda – e que acabou no momento da implosão do império soviético – não nos deve fazer descreer da utopia, de que um mundo melhor é possível, com recusa do totalitarismo, da violência e do terrorismo, seja qual for a sua motivação.

Os progressistas em geral são a favor de uma sociedade aberta, tolerante, democrática, pluralista, participada, descentralizada. E, por isso, não aceitam um sistema de governo neo-liberal, no sentido económico, onde o único valor é o dinheiro, baseado na “teologia do mercado”, com a consequência, sempre verificada, dos mais ricos esmagarem, necessariamente, os mais pobres, numa espécie de darwinismo social que, a prosseguir, nos reconduz à “lei da selva”. Por isso, querem a existência de um Estado árbitro, com força para impor regras éticas e normas políticas de regulação social, de modo a corrigir as injustiças, as desigualdades e os conflitos sociais que o neo-liberalismo, a prazo, necessariamente, acarreta. Sem prescindir, da liberdade e da mais estrita observância dos Direitos Humanos. Essa tem sido sempre a meta do socialismo democrático, da social-democracia e do trabalhismo – uma família ideológica comum, com algumas nuances históricas e nacionais –, não obstante os desvios conjunturais e algumas concessões oportunistas, que importa reconhecer sucederam.

3. Em Portugal, a direita tem uma tradição, desde a Revolução Liberal e talvez mesmo antes, quando o iluminismo começou a ter adeptos perseguidos e, por isso, foram compelidos a tornarem-se “estrangeirados”: foi sempre trauliteira, obscurantista, integrista no plano religioso e, frequentemente, violenta.

A Ditadura Militar (1926-1932), donde saiu o salazarismo, que foi durante quase quarenta anos o governo de um só homem (1932-1968), retomou essa tradição (quase desaparecida durante o constitucionalismo monárquico e a I República) que depois se deixou colorir com as cores do

tempo, no período da ascensão dos fascismos europeus e do nazismo, sem nunca renunciar ao seu veio tradicional português.

4. O 25 de Abril constituiu uma ruptura, um corte cerce na velha tradição, visto que trazia como bandeira: a restauração das liberdades, o anti-colonialismo e uma clara preocupação social. Mas o seu percurso democrático foi perturbado pela rápida ascensão do PCP, que veio provocar uma clivagem inesperada, no campo da esquerda, entre socialistas e comunistas, fundamentalmente em razão da liberdade versus totalitarismo e quanto à via violenta, não gradualista, para a realização de reformas sociais, através das ocupações arbitrárias de terras ao sul do Tejo e das nacionalizações, saídas do 11 de Março, que quase destruíram o tecido empresarial e comprometeram gravemente o desenvolvimento do País. Meses antes, com a arregimentação forçada dos sindicatos (unicidade), segundo o modelo soviético, tinham provocado o início da confrontação aberta entre comunistas e socialistas.

Conhece-se o desfecho desse confronto entre socialistas e comunistas que enfraqueceu a esquerda e desorientou muita gente, provocando sucessivas clivagens no seio das Forças Armadas, inicialmente unidas no 25 de Abril.

Apesar da memória das pessoas ser curta, ninguém, que tenha vivido esse período, pode esquecer o que representaram as primeiras eleições livres, ganhas destacadamente pelo Partido Socialista, as grandes manifestações da Fonte Luminosa em Lisboa e no Estádio das Antas, no Porto, a queda do V Governo Provisório, a articulação de um governo moderado, o VI, e, finalmente, a derrota da última tentativa comunista-esquerdista, falhada, para impor o “poder popular”, em 25 de Novembro de 1975. Foi preciso muita clarividência, alguma coragem e firmeza para que o 25 de Novembro não tivesse aberto a porta ao regresso da direita, pura e dura, e à ilegalização do partido comunista e dos grupos esquerdistas comprometidos. “Nem Allende nem Pinochet”, gritei eu na Fonte Luminosa. Sem a rápida intervenção moderadora do “grupo dos nove” e do Partido Socialista, seguramente que o processo já de si complexo da transição portuguesa teria sido muito mais perturbado e violento.

5. Dos partidos da II República, só o PCP e o PS são anteriores ao 25 de Abril, exceptuando alguns grupos extremistas. Os outros, surgiram depois da Revolução: o PPD, primeiro; e o CDS, depois. Nenhum deles se reclamou do ideário da direita: o PPD procurou situar-se ao centro dizendo-se de inspiração social-democrata (o marxismo foi uma das referências do seu primeiro programa) e o CDS, democrata cristão, acantonou-se claramente na direita, mas democrática. Todavia, não votou a Constituição da II República, de Abril de 1976.

A direita tradicional, comprometida com o salazarismo, ficou órfã e sem força para criar um partido com representação parlamentar. O tempo era de mudança e o clima político da época não era propício. Note-se, porém, que hoje é possível distinguir em Portugal quatro direitas, entre si distintas, senão contraditórias: a direita dos interesses, neo-liberal, no plano económico, e partidária de um Estado reduzido ao mínimo; a direita que se adaptou à democracia, com mais ou menos reservas saudosistas, mas que não é necessariamente neo-liberal; a direita religiosa, com maiores ou menores preocupações sociais; e a direita populista, demagógica e neo-fascista. Essas direitas coexistem mal nos dois partidos.

No PPD/PSD, como sempre diz Santana Lopes, para distinguir as duas correntes (contraditórias) que o formaram: democracia-liberal e social-democracia. E no CDS/PP, como agora lhe chama Portas, que tem oscilado também entre duas correntes (contraditórias): democracia cristã e populismo demagógico, com laivos restauracionistas.

Enquanto o PPD/PSD teve líderes fortes – Sá Carneiro e Cavaco Silva – as contradições foram abafadas, mas quando isso não sucedeu vieram à superfície, criando cisões, afastamentos e lutas intestinas diversas. Com Durão Barroso e depois ainda mais com Santana Lopes, o PPD/PSD tornou-se um partido da direita dos interesses (ou melhor: de certos grupos de interesses), reverente do pensamento único neo-liberal e com alguns sinais de um certo restauracionismo. Durão Barroso foi o anfitrião da “Cimeira da Mentira” nos Açores! O CDS/PP, aliado da ala direita do PPD/PSD, tornou-se um partido de poder, com o abandono de qualquer vertente ideológica e alinhado pelo europeísmo, quanto baste, para manter a Coligação. Ambos se descaracterizaram e estão neste momento a pagar duramente por isso. A derrota eleitoral histórica que sofreram, em 20 de Fevereiro último, foi uma consequência dessa descaracterização anunciada, que os obrigou já a concorrer cada um por si, embora mantendo, em teoria, uma coligação que estava, na prática, desfeita. Verificaram que, separados, valiam mais do que em coligação, o que mostrou que a Coligação suscitava anti-corpos irreparáveis em ambos os partidos. Mas, sobretudo, no eleitorado do

PSD, o qual em boa parte não é de direita mas do centro e uma parte minoritária do centro esquerda.

6. Fala-se agora na refundação da Direita na área do chamado “compromisso Portugal”, uma mescla assaz confusa de interesses bem concretos e de ideologias não explicitadas, mas claramente retrógradas. A verdade é que, 30 anos após o 25 de Abril, Portugal votou maioritariamente à esquerda: no PS, que pela primeira vez obteve uma maioria absoluta, no PCP e no Bloco de Esquerda, - no total, um pouco menos de 60% dos eleitores, à esquerda; contra 40%, à direita e no chamado “centrão”. Ora, como revelou o estudo elaborado pela Universidade Católica (orientado por Pedro Magalhães) houve poucas transferências de voto do PSD para o PS. O que significa que um certo volume de abstenções que, anteriormente, ocorriam na esquerda-PS, desta vez, atingiram o eleitorado mais centrista do PSD.

Marques Mendes que tem consciência do que se passou, procura agora recuperar esse eleitorado, cortando com o PP e com a ala santanista. Mas, condenado à Oposição, porventura por alguns anos, tem à sua frente uma tarefa particularmente ingrata – num partido vocacionado para o poder que entra facilmente em desespero quando dele é afastado – tanto mais que está longe de ter o partido, solidamente, a apoiá-lo. Felipe Menezes teve um resultado muito melhor do que se esperava. E o próprio Santana – ferido de asa mas não morto, como disse – continuará a “andar por aí” e a fazer estragos...

7. Curiosamente, as posições dos dois principais partidos portugueses, inverteram-se: antes, até ao colapso universal do comunismo, o PS não podia fazer alianças à sua esquerda. Era um perigo e representava um custo demasiado elevado. Com uma maioria relativa, fui obrigado, para governar e assegurar a entrada de Portugal na CEE, a fazer uma aliança com o PSD, que tinha à sua frente um líder excepcional, o professor Mota Pinto. Foi o tão caluniado Bloco Central. Hoje, é o PSD que não pode fazer alianças com a sua direita, se não quiser perder uma parte, nada despendianda, do seu eleitorado. E não será um candidato presidencial, eventualmente vencedor, apoiado pelo PSD, que dificilmente fará o pleno da direita, na conjuntura actual, que poderá vir a resolver esta situação, reconduzindo o PSD ao poder. Uma pura ilusão, como o tempo se encarregará de demonstrar...

Felizmente para Portugal, o PS está num bom momento da sua história. As dificuldades são enormes mas são, a prazo de quatro anos, superáveis, se houver bom senso e determinação. Com duas condições: se souber dialogar com – e convencer – a outra esquerda, social e política; e tiver a sabedoria de fazer, à esquerda, as alianças necessárias para ganhar as eleições autárquicas e, a partir dessa experiência, abrir caminho para uma ampla maioria plural de esquerda. A esquerda terá então à sua frente um folgado horizonte de quatro anos, ou mais, para dar um grande impulso a Portugal, tão necessário, durante um tempo em que a Europa e o Mundo mudarão também... Para melhor, espero...

Lisboa, 23 de Abril de 2005